“Filho de Peixe” – utilitarismo, elitismo, nepotismo e identificação nos preliminares de uma Teoria do AutoRRecrutamento Ocupacional

Maria de Lurdes Fonseca

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/sociologico/660>

DOI: 10.4000/sociologico.660

ISSN: 2182-7427

Editora

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Refêrencia eletrónica

Maria de Lurdes Fonseca, «“Filho de Peixe” – utilitarismo, elitismo, nepotismo e identificação nos preliminares de uma Teoria do AutoRRecrutamento Ocupacional», *Forum Sociológico* [Online], 22 | 2012, posto online no dia 01 março 2013, consultado o 29 março 2022. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/660> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.660>

Este documento foi criado de forma automática no dia 29 março 2022.

© CICS.NOVA

“Filho de Peixe” – utilitarismo, elitismo, nepotismo e identificação nos preliminares de uma Teoria do AutoRecrutamento Ocupacional

Maria de Lurdes Fonseca

1. A abrir

- 1 Recorrentemente sofrem os conceitos de charneira de persistente (e injusta) marginalidade. Adequam-se às mais distintas perspetivas; oferecem-se às mais diversas utilidades; servem os mais diversificados propósitos, mas são frequentemente elusivos, no sentido em que possuem a qualidade de se escaparem persistentemente a tornarem-se o centro do problema, não porque teoricamente não o mereçam e não o exijam, mas porque prestando-se demasiado bem a serem meios, poucas vezes sugerem a sua potencialidade de serem fins. Da mesma tendência à marginalidade sofrem os conceitos que de modo mais expedito se enredam na armadilha epistemológica que o “óbvio” lança à teorização social. Porque perder tempo a estudar o que parece “naturalmente assim”, o que se retrata distintamente, em pinceladas largas e impressivas no quadro que o quotidiano sobre os nossos olhos expõe, se há problemas bem mais enigmáticos, questionáveis e inconclusivos (se há problemas bem mais entusiasmantes) suscitados pela contemplação e imersão sociais?
- 2 O conceito de autorrecrutamento ocupacional tem essa qualidade dupla – é utilitário por excelência e parece óbvio por natureza –, tendo sofrido, conseqüentemente, da marginalização teórica a que se aludiu. De facto, não obstante ele seja indissociável de teorias sociais tão significativas e com tão grande tradição em Sociologia como as da mobilidade social geracional e intergeracional, as do classismo e reprodução social modernos, as da escolha ocupacional e da assunção de papéis sociais, as do recrutamento e fechamento elitistas e as da estratificação interna, do monopólio e da

cartelização nos mercados de trabalho, não se encontra, hoje, em Sociologia, uma verdadeira teoria do autorrecrutamento ocupacional, sequer do profissional, isto é, não dispõe a ciência sociológica de uma verdadeira teoria da prática persistente de autorrenovação geracional das ocupações através do desproporcional uso de "recursos endógenos" (a progenitura dos atuais praticantes). Antes, de facto, são limitadíssimos em número e altamente dispersos em localização quer os ensaios que especificamente tentam nesse sentido, quer os autores que explicitamente se interessam pelo fenómeno, embora sejam, por outro lado, virtualmente infinitos os fragmentos reflexivos, as considerações desgarradas e as utilidades teórico-práticas que ao longo do tempo foram sendo construídas sobre o conceito nas mais diversas especialidades e empreendimentos sociológicos.

- 3 Por esse facto, recuperar os contributos sociológicos desta teorização é um processo laborioso, detetivesco e algo frustrante, que se estende por quase um século de investigação sociológica e que entronca frequentemente noutras disciplinas teóricas, como a Economia e a Psicologia.
- 4 Neste artigo distinguiremos e sistematizaremos os contributos da Sociologia e da Economia para a teorização do autorrecrutamento ocupacional, revendo assim os principais subsídios teóricos avançados a favor de uma Sociologia do fenómeno. Dado que a teoria económica do autorrecrutamento ocupacional oferece uma bem mais adaptada forma de introdução à discussão (devido à sua maior clareza e sistematização), por comparação àquela que a elaboração sociológica sobre o fenómeno ofereceria, começaremos por discuti-la, alertando contudo para o facto de a nossa metodologia expositiva privilegiar a estratégia utilitarista em detrimento da cronológica, que sugeriria uma ordenação contrária.

2. A interpretação económica do autorrecrutamento ocupacional

- 5 A teoria do autorrecrutamento ocupacional proposta pela Economia constitui-se essencialmente numa derivação das diversas interpretações teóricas particulares suscitadas pela revolução que a teoria do capital humano operou em Economia (a partir de Becker, 1962) e que numerosos economistas têm vindo desde essa altura a desenvolver. De facto, esta tratou-se de uma derivação inspirada pelas aplicações que o próprio Becker imediatamente desenvolveu nos campos da economia da família e da economia da desigualdade socioeconómica, que, à semelhança do que estava a suceder na Sociologia há já mais que uma década, não deixou de conduzir à análise e modelização quantitativas da mobilidade social, neste caso centrando o enfoque num primeiro momento na reprodução intergeracional dos rendimentos, e só num segundo (espoletado pelo primeiro), na transmissão ocupacional intergeracional.
- 6 No berço do que este segundo momento seria, o primeiro caracterizou-se por um interesse teórico considerável na análise lata das transmissões económicas familiares intergeracionais (tanto as que ocorrem em capital material como as que se concretizam em capital não material), interesse teórico que, desenvolvido em particular por Ishikawa (1975), Blinder (1976), Becker e Tomes (1976, 1979) e Tomes (1981), explorou especificamente o impacto que o diferencial do potencial económico e educacional paternos, a metodologia de distribuição de recursos, o tamanho e a estrutura da família, a orientação mais ou menos altruísta dos pais relativamente aos filhos e os recursos

efetivamente transmitidos aos herdeiros teriam quer na mobilidade económica *lato sensu* quer na reprodução intergeracional do *situs* dos progenitores.

- 7 A teoria económica do autorrecrutamento ocupacional, inspirada que é nestes estudos seminais, edifica-se contudo, essencialmente, sobre os esforços de Laband e Lentz (1983a, 1983b, 1985, 1992), Lentz e Laband (1989, 1990) e Sjögren (2000a e 2000b), que passamos a sumular.
- 8 Laband e Lentz (1983a) centram a sua teoria do autorrecrutamento ocupacional na racionalidade económica que julgam inerente à prática de exploração máxima no interior da família da utilidade proporcionada por rendas provenientes do trabalho cujo potencial não se esgotaria no decurso de uma geração. Assim, independentemente de essas rendas serem suscitadas por transferências intergeracionais tangíveis – financeiras e patrimoniais, e/ou intangíveis –, conhecimento especializado, boa vontade social, lealdade estabelecida para com um nome de família ou uma marca, entre outros, o certo é que seria economicamente irracional que esses potenciais de ganho se perdessem na transição geracional, pelo que voluntariamente as gerações seguintes se prestariam inúmeras vezes (seguramente muitas mais do que o acaso preveria) a continuarem a transformar potenciais de renda em rendas efetivas, algo que apenas poderia ser plenamente alcançado por filhos que reproduzissem a ocupação dos pais, dado existirem geralmente partes de capital implicadas nessa transmissão não passíveis de alienação sem perda ou eliminação de valor.
- 9 As transferências intergeracionais difeririam em natureza, incorporando potenciais diferentes de rentabilização, consoante a sua qualidade intrínseca. As compostas por elementos tangíveis (por exemplo, as transmissões de propriedade da terra entre os agricultores, de oficina entre os artesãos, de loja entre os comerciantes, de escritório ou consultório entre os técnicos e profissionais, bem como de ferramentas de trabalho diversas), assumiriam a verdadeira forma de “transferência de renda”, dado prestarem-se ao consumo imediato, isto é, dado ser o seu consumo independente de investimento do filho-recetor, logo, dado ser este um consumo não oneroso, uma vez que a possibilidade de acesso às rendas assim disponibilizadas não faria incorrer o descendente em qualquer custo de oportunidade. O mesmo sucederia com algumas transferências intangíveis, mais facilmente reproduzíveis em valor monetário, como as ligadas à transmissão do nome-marca (Laband e Lentz, 1983a).
- 10 Já a maioria das transferências intangíveis sugeririam mais um potencial de construção pessoal dos meios de gerar renda que o seu legado direto, implicando pois custos de oportunidade, por exemplo no sentido em que o filho teria de passar tempo com o pai durante o desempenho da sua atividade ocupacional para adquirir os conhecimentos técnicos, comportamentais, sociais e/ou gestionários que o envolvimento do(s) progenitor(es) em determinada atividade potencialmente proporcionaria.
- 11 As transferências intergeracionais difeririam também consoante o seu grau de transmissibilidade. As tangíveis seriam mais transmissíveis que as intangíveis, dado que, se a oficina ou o escritório se vendem, os conhecimentos adquiridos são essencialmente intransferíveis e a boa vontade associada a um nome e a uma família não pode ser, sem perdas significativas, dissociada dos seus membros.
- 12 Assim, a tendência para o autorrecrutamento em ocupações diferentes diferiria “simplesmente porque o custo de adquirir capital valioso, orientado para a carreira, seria menor para os filhos de trabalhadores de determinadas ocupações do que de outras” (Laband e Lentz, 1983a: 475), o que seria consequência quer da diferente

quantidade, qualidade e composição dos legados, quer do maior ou menor acesso à ocupação paterna dado pelo grau de integração dos espaços familiar e ocupacional. Assim, hipotetizam os autores, deverá existir uma relação inversa entre o volume de investimento exigido ao filho e a taxa de autorrecrutamento de uma ocupação, *ceteris paribus*. Assim também, avançam, o autorrecrutamento será tendencialmente incrementado quer com a dimensão do legado (considerando tanto as suas componentes tangíveis como as intangíveis) quer com a integração mais plena familiar-laboral nos *habitats* onde as crianças crescem.

- 13 Porque é que frequentemente nos aperceberíamos de que os autorrecrutados por uma ocupação beneficiariam de vantagens concorrenciais de carreira face aos não autorrecrutados? Não por nepotismo, seguramente, segundo esta versão do trabalho dos autores que apenas introduzem a consideração dessa variável enquanto explicativa do fenómeno a partir das objeções levantadas à sua elaboração de 1983 por Polachek (1986) e em consequência de terem reunido indícios da sua existência essencialmente em profissões clássicas, mas pelo facto de existir um desproporcional de recursos ao dispor dos primeiros que os tornaria objetivamente superiores, desde logo porque existiu um investimento precoce, objetivo (embora essencialmente incomensurável), em capital humano naqueles indivíduos e não nestes, quer decorrente do investimento feito pelo pai na transmissão de conhecimentos e aptidões, quer consequente ao investimento realizado pelo próprio filho na sua aquisição e sedimentação. Por esse motivo seria apenas natural que o mercado recompensasse diferentemente a capacidade, através da consolidação de um *wage premium*, isto é, de um acréscimo ao rendimento médio dos praticantes de que dispõem apenas os autorrecrutados.
- 14 Sjögren (2000a e 2000b), ao analisar o impacto que a desigualdade tem no desenvolvimento económico e na mobilidade social, preocupa-se com a possibilidade de ser contrário ao interesse que a sociedade possui na alocação ótima de talentos e que a família possa constranger as escolhas ocupacionais individuais, fazendo especialmente um caso contra o nepotismo, sustentando em Baumol (1990) e em Murphy, Shleifer e Vishny (1991) o argumento de que uma ineficiente alocação suscitada pela prática nepotista não apenas privaria a sociedade das externalidades positivas desse casamento, como poderia implicar um potencial destrutivo económico relevante. No seu modelo, contudo, sugere-se que o autorrecrutamento ocupacional, interpretado através da teoria do capital humano, poderia ter um contributo positivo relevante a dar à mais adequada possibilidade de as novas gerações fazerem equivaler talentos a práticas, dado assumir-se que “a ocupação dos pais influencia a qualidade da informação que uma criança possui sobre o que é necessário para ter sucesso em diferentes tipos de carreiras e sobre o talento da criança para vários empregos”, razão pela qual a escolha de descendente se manter na ocupação paterna estaria associada a uma mais informada (e eficiente) tomada de decisão ocupacional (Sjögren, 2000a: 3).
- 15 Por fim, sem um interesse específico nas questões do autorrecrutamento ocupacional, mas antes com enfoque na tentativa de explicar porque tendem a transmitir-se os níveis de rendimento intergeracionalmente, outros economistas reuniram evidências relevantes para a compreensão do fenómeno que nos ocupa. Altonji e Dunn (2000), por exemplo, relataram a existência de semelhanças, que os autores pressupõem herdadas, das preferências e práticas ocupacionais dos filhos e dos seus pais, nomeadamente as relacionadas com o número de horas trabalhadas, as atitudes face ao trabalho e o volume e tipo de rendimento auferidos. Usui e Okumura (2008) e Okumura e Usui (2010)

exploraram ainda a possibilidade de existir uma ligação intergeracional entre competências sociais de pais e filhos (como a comunicação, a liderança e a interação pessoal) e de as escolhas ocupacionais dos segundos serem correlacionadas com as competências e traços de personalidade dos primeiros. As conclusões dos seus estudos mostram não apenas que existe correlação de competências nos pares pai-filho, mas que os filhos recebem um *wage premium*, isto é, são desproporcionalmente recompensados pelo mercado, quando trabalham em ocupações que requerem o mesmo tipo de competências sociais exigidas aos pais nas suas ocupações.

- 16 A Figura 1 sistematiza a abordagem económica ao autorrecrutamento ocupacional.

Figura 1 Síntese da interpretação económica do autorrecrutamento ocupacional

3. A interpretação sociológica do autorrecrutamento ocupacional

- 17 Podemos identificar três abordagens teóricas sociológicas que tocam o problema do autorrecrutamento ocupacional: as que atestam, as que instrumentalizam e as que explicam.
- 18 Atestam aquelas que, sem intentos de teorização acerca do fenómeno, comunicam taxas de autorrecrutamento de ocupações. Quanto a estas, seria impossível aqui mapear a totalidade de autores que “atestam” em sentido ocupacional individual, isto é, por referência a uma única ocupação, desde logo porque a generalidade dos estudiosos que se dedicam a esse tipo de análises tendem a iniciar os seus estudos pela caracterização das origens sociais (logo, também ocupacionais) dos praticantes, apresentando assim dados que não deixam de interessar à caracterização microssocial do autorrecrutamento ocupacional. Referiremos pois apenas os autores mais influentes que atestam coletivamente, isto é, que procuram quantificar níveis globais ou comparativos de autorrecrutamento ocupacional: Jenson e Kirchner (1955) e Werts (1968).

- 19 De longe, o número maior de estudos que aludem ao autorrecrutamento ocupacional fazem-no instrumentalizando-o, isto é, usando-o como medida de fenómenos mais latos e entendidos como teoricamente mais significativos. O principal conceito no âmbito de cujo estudo o autorrecrutamento ocupacional é instrumentalizado é o de mobilidade social intergeracional, conceito ele próprio analisado geralmente de modo mediato em Sociologia, no âmbito da avaliação do grau de permeabilidade das estruturas sociais. Ao longo das décadas de 50, 60 e 70 do século passado, o desenvolvimento de matrizes de autorrecrutamento ou de herança ocupacional e a sua aplicação sistemática em estudos nacionais e comparativos internacionais reuniram o maior número de evidências quantitativas de que se dispõe quanto ao fenómeno do autorrecrutamento ocupacional, embora a falta de interesse imediato na realidade ocupacional e os intentos ambiciosos dos estudos então desenvolvidos tenham ditado que na maioria das vezes não se tenham comparado ocupações específicas, mas antes grandes agregados ocupacionais, por exemplo integrando os médicos nas "ocupações profissionais", no grupo das "ocupações profissionais, técnicas e similares", ou simplesmente na lata categoria das "ocupações não manuais", o que naturalmente limita em muito o interesse explicativo das conclusões assim alcançadas, dado que, para o entendimento do autorrecrutamento ocupacional, interessaria especialmente, neste exemplo, que se analisasse especificamente a Medicina. Nesta linha, são de referência os trabalhos de Davidson e Anderson (1937), Rogoff (1953), Glass (1954), Blau (1965), Fox e Miller (1965), Duncan (1966) e Blau e Duncan (1967), ainda que se multipliquem paralelamente, na sua esteira, verdadeiramente às centenas, outros estudos semelhantes, entre os quais se destacam, pelo seu interesse particular para a análise do autorrecrutamento ocupacional, os trabalhos de Billewicz (1955), Marsh (1963), Jackson e Crockett Jr. (1964) e Hauser (1978).
- 20 Por fim, entre os estudos que "explicam", distinguimos os que o fazem sem intenção (quando animados por outras razões teóricas) e os que, com maior grau de especificidade, o analisam e procuram explicar. Entre os primeiros encontram-se Sherlock e Cohen (1966), Blau e Duncan (1967) Sherlock (1969) e Schulenberg *et al.* (1984). Entre os segundos avultam os contributos de Collier (1938), Kelsall (1954), Cutright (1968), Mortimer (1974, 1975 e 1976), Kelly (1976) e Egerton (1997). Dedicamo-nos agora à revisão do contributo destes autores, centrando-nos exatamente nas explicações que ensaiaram para o autorrecrutamento ocupacional.
- 21 Em 1938, Collier estimou o nível de autorrecrutamento profissional de quatro profissões a partir da análise das ocupações dos pais de alunos admitidos na Universidade de Glasgow, tendo-se referido às elevadas taxas de autorrecrutamento encontradas como não sendo efeito de desproporcional talento dos descendentes ou de desproporcional riqueza dos progenitores, mas antes de dois fatores mais utilitários: a possibilidade de os filhos dos profissionais beneficiarem de favoritismo e o interesse familiar em poder transmitir intergeracionalmente práticas profissionais florescentes.
- 22 Já Kelsall (1954), integrado no empreendimento dirigido por David Glass *Social Mobility in Britain*, que se revelaria de significado histórico na Sociologia, tornou-se uma referência obrigatória dos estudos interessados no autorrecrutamento ocupacional, desde logo por ser o primeiro a inserir o conceito no título de um trabalho e a assumir explicitamente nesse âmbito, esse, como o seu interesse imediato de investigação. As explicações que avançou para ensaiar uma interpretação das evidências expressivas de autorrecrutamento profissional a que a sua análise empírica chegou e para explicar a variação encontrada nas taxas de autorrecrutamento por profissão foram de quatro

- tipos, e claramente inspiradas em Collier (1938), que cita abundantemente: 1) possível tendência decrescente do autorrecrutamento por resultado da expansão da procura da qualificação; 2) possível efeito na (i)mobilidade intergeracional ocupacional da consideração comparativa das recompensas esperadas nas várias ocupações disponíveis; 3) existência da possibilidade de transmitir a um filho uma prática profissional ou de o integrar numa prática como sócio; e 4) possível benefício nepotista.
- 23 Blau e Duncan (1967) desenvolvem uma abordagem mais específica ao fenómeno do autorrecrutamento ocupacional, mostrando desde logo a influência que a prática agrícola teria no incremento das suas taxas, e explicando que a propriedade poderá influir substantivamente nessa forma de herança social: "Os três grupos ocupacionais que manifestam maior herança ocupacional e autorrecrutamento são os únicos três que praticam o emprego por conta própria – profissionais independentes, proprietários, e agricultores. Parece que o ser-se proprietário – de uma quinta, de um negócio ou de uma prática profissional – desencoraja os filhos de deixarem a ocupação dos pais" (Blau e Duncan, 1967: 40). Os autores avançam ainda a hipótese de que o autorrecrutamento ocupacional possa ser explicado não pelo lado do indivíduo mas pelo da ocupação, pelo desejo de estabilidade, dado que lhes parece razoável prever (e comprovam na sua amostra ser verídico) que o autorrecrutamento tende a predispor menos os indivíduos para a substituição da ocupação ao longo da sua vida ativa.
- 24 De Sherlock e Cohen (1966) retira-se a importância de duas considerações que estando, segundo eles, na base das escolhas ocupacionais, privilegiariam expectavelmente o autorrecrutamento: a estratégia de orientação para ocupações relativamente às quais cumulativamente se aperceba uma dificuldade mínima de acesso e que permitam antecipar uma maximização das recompensas a recolher. Aliás, os autores exploram o seu conceito de expectativa de acesso exatamente estimando a identificação familiar com a ocupação (analisando pais, tios maternos e paternos e avós) e a "mobilidade de *status*" do pai. Sherlock (1969) acresce a esta linha de teorização discutindo três razões que poderão justificar a desproporção das taxas de autorrecrutamento profissional em profissões diferentes: o rápido crescimento do número de praticantes em algumas profissões que tornará imediatamente ou a prazo inviável que o recrutamento possa em proporção relevante ser autossuprido, a existência ou não de fortes tradições ocupacionais determinada pela antiguidade da profissão, e a existência ou não de uma forte identidade profissional, sustentada em prestígio duradouro e num elevado senso de solidariedade interna, mais prevalentes no caso das profissões tradicionais, que teria o condão específico de atrair potenciais praticantes.
- 25 Discutindo o caso da profissão em que se especializou, a de médico-dentista, Sherlock alude ainda ao facto de o incremento do autorrecrutamento poder ser resultado do processo de profissionalização ocupacional, no sentido em que o aumento das garantias para os membros, o fechamento progressivo da ocupação e a elevação de prestígio consequente conduziram previsivelmente à capacidade de elevar a qualidade média dos recrutas, o que se conseguiria com eficácia, também, através do incremento os autorrecrutas.
- 26 Cutright (1968) compara os níveis de autorrecrutamento ou herança ocupacional de 13 países distintos, verificando se quatro variáveis dependentes (nível de tecnologia, grau de permeabilidade social, tamanho da família e composição rural do estrato ocupacional manual) explicariam ou não a variância reportada dos níveis nacionais de autorrecrutamento ocupacional. Ainda que, na tradição dos estudos de mobilidade

social, o autor se centre não em ocupações individualizadas mas em categorizações ocupacionais, ele hipotetiza (e comprova) que: 1) mais tecnologia implicará por constrangimento uma maior "seleção pelo talento" e consequentemente um decréscimo na utilização de critérios subjetivos, discriminatórios, como os ligados ao sexo, à etnicidade, à proveniência familiar, algo que, avançava, faria reduzir previsivelmente as taxas de autorrecrutamento ocupacional; 2) maior ruralidade e percentagem da população a trabalhar na agricultura implicará maior nível de herança ocupacional; 3) sociedades onde o tamanho médio da família é maior tenderão a maior herança ocupacional pelo facto de não existirem recursos suficientes para melhorar o estatuto social de todos os filhos; e 4) quanto menor a existência de constrangimentos estruturais à mobilidade social, melhor será a alocação dos indivíduos com base em características objetivas, adquiridas, e menor a utilização de critérios subjetivos, herdados, pelo que menor será o nível de herança ocupacional.

- 27 O trabalho de Jeylan Mortimer (1974, 1975, 1976) é também um ponto de paragem obrigatório desta análise. A autora interessa-se em especial pelas dimensões explicativas da mobilidade ocupacional intergeracional de tipo valorativo, oferecendo uma teoria do modo como os valores ocupacionais dos pais são transmitidos aos filhos de molde a influenciar as suas escolhas vocacionais, seja no sentido de suscitar a replicação da ocupação paterna seja no de potenciar a seleção de ocupações diferentes das dos progenitores, mas cujos atributos são semelhantes em termos de conteúdo funcional, grau de autonomia gozado e nível de recompensas acedido (Mortimer, 1974). Mortimer (1975, 1976) mostra mesmo que o elevado prestígio da ocupação do pai e a proximidade da relação mantida com o progenitor são os fatores que mais fazem prever a transmissão valorativa ocupacional e mais determinam a herança ocupacional ou a semelhança valorativa das ocupações de pai e filho. Refere ainda, na sequência de estudos anteriores que cita, que o grau de autoridade paterna na família se incrementa com a sua posição social mais elevada e influi também positivamente na identificação (e no potencial de emulação) entre filho e pai.
- 28 Já Kelly (1976) refere quatro explicações possíveis para os níveis de autorrecrutamento que o seu estudo identifica, a propósito de estudantes universitário escoceses: 1) a modelização mediada pelo género dos papéis sociais na família, que implicaria (como o seu estudo comprova) que as filhas tenderiam menos a reproduzir os papéis sociais dos seus pais, e não reproduziriam relevantemente os das suas mães, dado carecerem, por referência a elas, de modelos ocupacionais atrativos tanto devido à baixa taxa de ocupação feminina como por via do reduzido interesse comparativo das ocupações assumidas pelas progenitoras (menos qualificadas, menos prestigiosas e menos bem remuneradas); 2) a possibilidade de pontualmente o autorrecrutamento decorrer da transmissão de práticas florescentes, explicação trazida de empréstimo a Collier (1938) e que autora considera ter vindo a perder importância nas quase quatro décadas que a separam desse autor; 3) a existência de conhecimento específico e a sinalização da possibilidade da escolha ocupacional pois, como diz a autora: "conhecimento privilegiado sobre o que o trabalho envolve é certamente útil, e a possibilidade de seguir a profissão do seu pai está sempre perante um estudante que, noutras circunstâncias, poderia nem sequer o considerar" (Kelly, 1976: 184); e 4) e o possível favoritismo profissional (também retomando Collier, 1938).
- 29 Dos anos 80 do século passado até à atualidade, a teorização sociológica do autorrecrutamento ocupacional tem sido ainda mais escassa do que aquela que a

antecedeu. Os contributos que têm relevado, aliás, têm sido essencialmente inespecíficos e, curiosamente, em termos conceituais, algo semelhantes aos da Economia, dado que ambas as disciplinas se concentraram, no âmbito da teorização que nos ocupa, no conceito de capital e na variação das suas aceções contemporâneas: na Economia privilegiou-se, como vimos, o conceito de capital humano; na Sociologia o privilégio foi dado sucessivamente aos conceitos de capital cultural, simbólico e social. Lin, Vaughn e Ensel (1981) e Egerton (1997) utilizaram recentemente, respetivamente, os conceitos de capital social e capital cultural para explorar os determinantes do autorrecrutamento ocupacional. Os conceitos de capital simbólico e de “capital de carreira”, por seu turno, foram usados Mayrhofer *et al.* (2002) para explicar o que ganhariam os filhos com a transmissão dos legados paternos em sentido ocupacional.

30 A Figura 2 sistematiza a perspetiva sociológica do autorrecrutamento ocupacional.

Figura 2 Síntese da interpretação sociológica do autorrecrutamento ocupacional.

4. Considerações conclusivas

31 Uma análise menos atenta ao quadro-síntese que apresentámos a propósito da abordagem sociológica à explicação do autorrecrutamento ocupacional poderá sugerir que existe já um alinhamento teórico, empiricamente sustentado, que, especialmente se conciliado com os contributos da teorização económica, pode ser entendido como uma teoria sociológica do autorrecrutamento ocupacional. Contudo, essa perceção seria errónea e perigosa. É que, de facto, impossibilitando uma interpretação mais significativa dos dados apresentados, note-se que: 1) escasseia genericamente evidência empírica; 2) a grande maioria das asserções feitas centram-se na análise de agregados ocupacionais e não do comportamento específico (e comparativo) das ocupações; 3) não

existe sistematização na distinção de uma teoria do autorrecrutamento profissional que seria muito útil, se não essencial, à análise do autorrecrutamento ocupacional; e 4) os estudos de caso ocupacionais que operacionalizam ordenadamente este conjunto de pressupostos e os testam, tendo a análise (e a explicação) do autorrecrutamento ocupacional como fito analítico específico, simplesmente não existem, sendo dificilmente comparável a evidência que a propósito do conceito, de facto se reuniu até este momento.

- 32 Não foi ocasionalmente que titulámos este artigo referindo-nos aos preliminares de uma teoria. De facto, ela está essencialmente por construir, embora beneficie, cremos, de esforços como aquele que aqui empreendemos. Apenas olhando para um fresco do que já se possui se entende mais claramente o que se mantém em falta. Ora, muito está em falta, de facto, desde logo pela negligência que se nota de determinado tipo de variáveis que são indissociáveis da explicação do autorrecrutamento em contextos ocupacionais específicos. Por exemplo, a posse de recursos organizacionais e o potencial da sua instrumentalização a favor dos descendentes é especialmente relevante, parece-nos, na explicação do autorrecrutamento (elevado) que caracteriza as chamadas ocupações organizacionalmente baseadas. O mesmo sucede com a consideração dos recursos políticos, recursos estes indissociáveis tanto da explicação do autorrecrutamento elitista em geral, como da interpretação do autorrecrutamento das ocupações politicamente monopolizadas.
- 33 Isso, contudo, extravasa já o objeto deste curto artigo, pelo que é deixado para ulteriores reflexões.

BIBLIOGRAFIA

ALTONJI, J. G. e T. A. Dunn (2000), "An Intergenerational Model of Wages, Hours and Earnings", *The Journal of Human Resources*, 35 (2), pp. 221-258.

BAUMOL, W. J. (1990), "Entrepreneurship: Productive, Unproductive, and Destructive", *The Journal of Political Economy*, 98 (5), pp. 893-921.

BECKER, G. S. (1962), "Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis", *The Journal of Political Economy*, 70 (5), pp. 9-49.

BECKER, G. S. e N. Tomes (1976), "Child Endowments and the Quantity and Quality of Children", *The Journal of Political Economy*, 84 (4), pp. S143-S162.

BECKER, G. S. e N. Tomes (1979), "An Equilibrium Theory of the Distribution of Income and Intergenerational Mobility", *The Journal of Political Economy*, 87 (6), pp. 1153-1189.

BILLEWICZ, W. Z. (1955), "Some Remarks on the Measurement of Social Mobility", *Population Studies*, 9 (1), pp. 96-100.

BLAU, P. M. (1965), "The Flow of Occupational Supply and Recruitment", *American Sociological Review*, 30 (4), pp. 475-490.

- BLAU, P. et al. (1956), "Occupational Choice: A Conceptual Framework", *International and Labor Relations Review*, 9 (4), pp. 531-543.
- BLAU, P. M. e O. D. Duncan (1967), *The American Occupational Structure*, Nova Iorque, The Free Press.
- BLINDER, A. S. (1976), "Intergenerational Transfers and Life Cycle Consumption", *The American Economic Review*, 66 (2), pp. 87-93.
- COLLIER, A. (1938), "Social origins of a sample of entrants to Glasgow University", *Sociological Review*, 30, pp. 161-185, 262-277.
- CUTRIGHT, P. (1968), "Occupational Inheritance: A Cross-national Analysis", *American Journal of Sociology*, 73 (4), pp. 400-416.
- DAVIDSON, P. E. e H. D. Anderson (1937), *Occupational Mobility in an American Community*, Califórnia, Stanford University Press.
- DUNCAN, O. D. (1966), "Occupational Trends and Patterns of Net Mobility in the United States", *Demography*, 3 (1), pp. 1-18.
- EGERTON, M. (1997), "Occupational Inheritance: The Role of Cultural Capital and Gender", *Work, Employment & Society*, 11 (2), pp. 263-282.
- FOX, T. e S. M. Miller (1965), "Occupational Stratification and Mobility", *Studies in Comparative International Development*, 1 (1), pp. 1-9.
- GLASS, D. (ed.) (1954), *Social Mobility in Britain*, Londres, Routledge & Kegan Paul Limited.
- HAUSER, R. M. (1978), "A Structural Model of the Mobility Table", *Social Forces*, 56 (3), pp. 919-953.
- HOFFMAN, J. J. (1992), "How Closeness Affects Parental Influence on Business College Students' Career Choices", *Journal of Career Development*, 19 (1), pp. 65-73.
- HOUT, M. (1989), *Following in father's footsteps: social mobility in Ireland*, Cambridge, Harvard University Press.
- ISHIKAWA, T. (1975), "Family Structures and Family Values in the Theory of Income Distribution", *The Journal of Political Economy*, 83 (5), pp. 987-1008.
- JACKSON, E. F. e H. J. Crockett, Jr. (1964), "Occupational Mobility in the United States: A Point Estimate and Trend Comparison", *American Sociological Review*, 29 (1), pp. 5-15.
- JENSON, P. G. e W. K. Kirchner (1955), "A National Answer to the Question, «Do Sons Follow Their Fathers' Occupations?»", *The Journal of Applied Psychology*, 39 (6), pp. 419-421.
- KELLY, A. (1976), "Family Background, Subject Specialization and Occupational Recruitment of Scottish University Students: Some Patterns and Trends", *Higher Education*, 5, pp. 177-188.
- KELSALL, R. K. (1954), "Self-Recruitment in Four Professions", in David Glass (ed.), *Social Mobility in Britain*, Londres, Routledge & Kegan Paul Limited, pp. 308-320.
- LABAND, D. N. e B. F. Lentz (1983a), "Like Father, like Son: Toward an Economic Theory of Occupational Following", *Southern Economic Journal*, 50 (2), pp. 474-493.
- LABAND, D. N. e B. F. Lentz (1983b), "Occupational Inheritance in Agriculture", *American Journal of Agricultural Economics*, 65 (2), pp. 311-314.
- LABAND, D. N. e B. F. Lentz (1985), "Favorite Sons: Intergenerational Wealth Transfers Among Politicians", *Economic Inquiry*, 23 (3), pp. 395-414.

- LABAND, D. N. e B. F. Lentz (1992), "Self-Recruitment in the Legal Profession", *Journal of Labor Economics*, 10 (2), pp. 182-201.
- LAMPARD, R. (2007), "Is Social Mobility an Echo of Educational Mobility? Parents' Educations and Occupations and Their Children's Occupational Attainment", *Sociological Research Online*, 12 (5).
- LENTZ, B. F. e D. N. Laband (1989), "Why So Many Children of Doctors Become Doctors: Nepotism vs. Human Capital Transfers", *The Journal of Human Resources*, 24 (3), pp. 396-413.
- LENTZ, B. F. e D. N. Laband (1990), "Entrepreneurial Success and Occupational Inheritance among Proprietors", *Revue canadienne d'Économique*, 23 (3), pp. 563-579.
- LIN, N., J. C. Vaughn e W. M. Ensel (1981), "Social Resources and Occupational Status Attainment", *Social Forces*, 59 (4), pp. 1163-1181.
- MARSH, R. M. (1963), "Values, Demand and Social Mobility", *American Sociological Review*, 28 (4), pp. 465-575.
- MAYRHOFFER, W. et al. (2002), "Career Habitus: Theoretical and Empirical Contributions to Make a Black Box Gray", Trabalho submetido à Conferência Anual da Academia de Gestão, Denver.
- MORTIMER, J. T. (1974), "Patterns of Intergenerational Occupational Movements: A Smallest-Space Analysis", *American Journal of Sociology*, 79 (5), pp. 1278-1299.
- MORTIMER, J. T. (1975), "Occupational Value Socialization in Business and Professional Families", *Work and Occupations*, 2 (1), pp. 29-53.
- MORTIMER, J. T. (1976), "Social Class, Work and the Family: Some Implications of the Father's Occupation for Familial Relationships and Sons' Career Decisions", *Journal of Marriage and Family*, 38 (2), pp. 241-256.
- MURPHY, K. M., A. Shleifer e R. W. Vishny (1991), "The Allocation of Talent: Implications for Growth", *Quarterly Journal of Economics*, 51 (2), pp. 503-530.
- OKUMURA, T. e E. Usui (2010), "Do Parents' Social Skills Influence Their Children's Sociability?", *IZA Papers*, DP n.º 5324.
- POLACHEK, S. W. (1986), "Review of David N. Laband and Bernard F. Lentz (1986) – *The Roots of Success: Why Children Follow in Their Parents' Career Footsteps*", *Journal of Economic Literature*, 24 (4), pp. 1839-1841.
- ROGOFF, N. (1953), *Recent Trends in Occupational Mobility*, Glencoe, The Free Press.
- SCHULENBERG, J. E. et al. (1984), "The Influence of the Family on Vocational Development", *Journal of Marriage and Family*, 46 (1), pp. 129-143.
- SHERLOCK, B. (1969), "The Second Profession: Parallel Mobilities of the Dental Profession and its Recruits", *Journal of Health and Social Behavior*, 10 (1), pp. 41-51.
- SHERLOCK, B. e A. Cohen (1966), "The Strategy of Occupational Choice: Recruitment to Dentistry", *Social Forces*, 44 (3), pp. 303-313.
- SJÖGREN, A. (2000a), "Redistribution, Occupational Choice and Intergenerational Mobility: Does Wage Equality Nail the Cobbler to His Last?", *The Research Institute of Industrial Economics Papers*, WP n.º 538.
- SJÖGREN, A. (2000b), "Occupational Choice and Incentives: the role of family background", *The Research Institute of Industrial Economics Papers*, WP n.º 539.

TOMES, N. (1981), "The Family, Inheritance, and the Intergenerational Transmission of Inequality", *The Journal of Political Economy*, 89 (5), pp. 928-958.

USUI, E. e T. Okumura (2008), "Intergenerational Correlations of Skills", *Norc Papers*, <http://client.norc.org/jole/soleweb/9238.pdf>, consultado em 2 de Julho de 2011.

WERTS, C. E. (1968), "Paternal Influence on Career Choice", *Journal of Counseling Psychology*, 15 (1), pp. 48-52.

RESUMOS

O autorrecrutamento ocupacional não é um aspeto de somenos importância em Sociologia. Antes é fulcral à explicação de processos centrais da teoria sociológica, como sejam os da mobilidade e reprodução sociais, os do classismo e elitismo modernos, os do fechamento e protecionismo socioeconómicos, e os da seleção e especialização educativa e ocupacional. Contudo, a Sociologia não dispõe hoje, a seu respeito, de mais que fragmentos teóricos e utilidades empíricas desgarradas, faltando uma verdadeira teoria do fenómeno. Este trabalho identifica, revê e organiza os contributos da Sociologia e da Economia para uma teoria do autorrecrutamento ocupacional, sistematizando os principais racionais que foram sendo propostos desde os anos 30 do século passado para a sua explicação.

Occupational self-recruitment is not an aspect of minor importance in Sociology. Rather, it is crucial to the explanation of core sociological processes such as social mobility and social reproduction, modern classism and elitism, socioeconomic closure and protectionism, and both educational and occupational selection and specialization. However, Sociology does not currently have regarding it more than theoretical fragments and scattered empirical utilities, lacking a true theory of the phenomenon. This paper identifies, reviews and organizes the contributions of Sociology and Economics towards a theory of occupational self-recruitment, systematizing the main rational that have been proposed since the 1930s for its explanation.

ÍNDICE

Keywords: occupations, professions, self-recruitment, social mobility

Palavras-chave: ocupações, profissões, autorrecrutamento, mobilidade social

AUTOR

MARIA DE LURDES FONSECA

Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP) e Centro de Estudos de Sociologia (CES-ISCSP) (mlfonseca@iscsp.utl.pt)